

Ney Fayet Júnior  
Amanda Gualtieri Varela

# A AÇÃO (PENAL) PRIVADA SUBSIDIÁRIA DA PÚBLICA

---

Das vantagens ou desvantagens da participação  
do ofendido na atividade jurídico-penal

© 2014, Ney Fayet Júnior e Amanda Gualtieri Varela

**Design de capa e diagramação:** Rodrigo Braga

**Preparação de originais:** Patrícia Aragão

**Impressão e acabamento:** Gráfica Êpece

Edição revisada segundo o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.



**Revisão Textual**  
Assessoria Linguística & Editorial

#### **CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**

**Bibliotecária: Fernanda Pinheiro de S. Landin CRB-7: 6304**

---

**F568a**

Fayet Júnior, Ney

A ação (penal) privada subsidiária da pública: das vantagens ou desvantagens da participação do ofendido na atividade jurídico-penal / Ney Fayet Júnior, Amanda Gualtieri Varela. - Porto Alegre, RS : Revisão Textual, 2014.  
224p. ; 21 cm

ISBN 978-85-67090-00-9

1. Direito penal – Brasil. 2. Processo penal – Brasil. 3. Ação penal pública. I. Varela, Amanda Gualtieri. II. Título.

---

**CDD: 345.81**

**04.06.13**

# SUMÁRIO

---

<b>PREFÁCIO .....</b>	<b>17</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>31</b>
<b>1 O ESTADO E A PUNIÇÃO .....</b>	<b>37</b>
<b>2 DA NECESSÁRIA CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA.....</b>	<b>46</b>
2.1. A FORMAÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....	46
2.2. A IMPORTÂNCIA DA CONSTITUIÇÃO E DO ESTADO .....	55
2.3. O DIREITO DE AÇÃO.....	60
2.4. AÇÃO PENAL.....	64
2.4.1. NATUREZA JURÍDICA DA AÇÃO PENAL .....	69
2.4.2. LOCALIZAÇÃO.....	74
2.5. CONDIÇÕES DA AÇÃO .....	75
2.5.1. INTERESSE DE AGIR.....	79
2.5.2. POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO.....	84
2.5.3. LEGITIMIDADE DE PARTES .....	87
2.5.4. JUSTA CAUSA .....	90
2.6. A VÍTIMA E A AÇÃO PENAL .....	94
2.6.1. DAS DESVANTAGENS DE UMA MAIS EFETIVA PARTICIPAÇÃO DA VÍTIMA NA PERSECUÇÃO CRIMINAL .....	100
2.6.2. DAS VANTAGENS DO INCREMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA VÍTIMA NO PROCESSO CRIMINAL .....	101
<b>3 CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES PENAIS.....</b>	<b>107</b>
3.1. AÇÃO (PENAL) PÚBLICA INCONDICIONADA.....	112
3.1.1. PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE.....	116
3.1.2. PRINCÍPIO DA DISCRICIONARIEDADE REGRADA .....	121
3.1.3. PRINCÍPIO DA INDISPONIBILIDADE .....	122
3.1.4. PRINCÍPIO DA INDIVISIBILIDADE.....	124
3.1.5. PRINCÍPIO DA OFICIALIDADE.....	127
3.1.6. PRINCÍPIO DA OFICIOSIDADE.....	128
3.1.7. PRINCÍPIO DA INTRANSCENDÊNCIA.....	128

3.2. AÇÃO (PENAL) PÚBLICA CONDICIONADA.....	130
3.3. AÇÃO (PENAL) DE INICIATIVA PRIVADA.....	136
3.3.1. PRINCÍPIO DA OPORTUNIDADE E CONVENIÊNCIA.....	140
3.3.2. PRINCÍPIO DA DISPONIBILIDADE.....	141
3.3.3. PRINCÍPIO DA INDIVISIBILIDADE.....	142
<b>4 A AÇÃO (PENAL) PRIVADA SUBSIDIÁRIA DA PÚBLICA.....</b>	<b>145</b>
4.1. HISTÓRICO DO INSTITUTO NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO.....	145
4.2. CONCEITO.....	148
4.3. CABIMENTO.....	152
4.4. INSTITUTOS APLICÁVEIS À ESPÉCIE.....	159
4.5. LEGITIMIDADE.....	163
4.6. PRAZO.....	166
4.7. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA AÇÃO (PENAL) PRIVADA SUBSIDIÁRIA.....	170
4.8. CONTROVÉRSIA ACERCA DO CABIMENTO EM CASO DE ARQUIVAMENTO.....	178
4.9. CRIMES SEM OFENDIDO.....	185
4.10. AÇÃO (PENAL) PRIVADA SUBSIDIÁRIA NO PROCESSO PENAL MILITAR.....	188
4.11. AÇÃO (PENAL) PÚBLICA SUBSTITUTIVA DA PÚBLICA.....	191
4.12. DAS DEMAIS EXIGÊNCIAS.....	193
4.12.1. DOS PODERES ESPECIAIS DA PROCURAÇÃO.....	193
4.12.2. DAS CUSTAS PROCESSUAIS.....	195
4.12.3. DO OFENDIDO POBRE.....	196
4.12.4. DO OFENDIDO INCAPAZ.....	197
4.12.5. DA IMPOSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DOS LEGITIMADOS.....	198
4.12.6. BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PROJETO DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO 194/2012.....	198
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>201</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>211</b>